

Realidade psíquica, fantasia e realidade subjetiva. Algumas considerações sobre a noção de “realidade”¹

Hélène Tessier²

Falar em “realidade” necessariamente abre a porta para a epistemologia, tanto no sentido de gnoseologia, ou seja, um exame crítico do conhecimento, inclusive individual, quanto no sentido do modo de dar conta desse conhecimento no contexto mais geral do conhecimento científico. Nesse contexto, as escolhas epistemológicas e as orientações éticas parecem ser primordiais, sem esquecer que uma teoria do conhecimento é, ao mesmo tempo, uma teoria da sociedade, tomando emprestada a formulação de Christophe Dejours.

Realidade: noção e fenômeno

Começarei abordando uma expressão que se escuta com certa frequência no contexto de uma terapia psicanalítica: “Sei que é tudo da minha cabeça.” Outro exemplo, oriundo de outra terapia psicanalítica: “Estou contando isso a você, mas sei que sou eu que construo essa história. Eu poderia vivê-la de outra maneira.”

1 Conferência proferida na Jornada Anual da Constructo Instituição Psicanalítica em agosto de 2025.

2 Psicanalista membro da Sociedade Canadense de Psicanálise e da Associação Psicanalítica Internacional. Professora titular da Universidade de Saint-Paul/Ottawa. Vice-presidente do conselho científico da Fundação Jean Laplanche/Paris.

Nesses dois casos, trata-se de realidade, dúvidas, questionamentos — ou desejo de certeza — sobre a realidade. É um contexto clínico que levanta questionamentos clínicos, mas também uma questão epistemológica e, mais especificamente, gnoseológica. Ao contrário do que se poderia pensar, não é um tema reservado exclusivamente aos filósofos. Essas questões são bastante concretas, situam-se no cerne das angústias humanas. O mundo simbólico dos seres humanos se construiu em associação a elas e é esse mundo simbólico que as torna possíveis. É por isso que a semiótica pode afirmar que “a assombração é inerente ao homem” (Rastier, 2017).

Esses exemplos nos apresentam um convite à reflexão a respeito do conceito de realidade, lembrando que ele é parte da expressão “realidade psíquica”. Eles também nos convidam a indagar se essas questões, quando levantadas, dizem respeito à realidade psíquica.

Todos vivenciamos, tanto na clínica quanto na vida cotidiana, situações em que uma convicção se impõe apesar dos nossos esforços para nos convenceremos do contrário e da nossa capacidade de raciocínio, que tenta nos mostrar que é pouco provável que o objeto de nossa convicção exista “realmente”. Essas convicções e, por vezes, esses medos são fonte de um sentimento intenso que pode se tornar a causa de nossas ações ou inações. É por isso que defendemos que a psicanálise se interessa por fenômenos que resistem à educação e à boa vontade e escapam às categorias da necessidade e da motivação. No entanto, ao abordar esses exemplos, estaríamos realmente na esfera da realidade psíquica? Não devemos nos precipitar em uma resposta afirmativa.

Breve incursão pela semiótica

Esses exemplos também nos remetem a uma oposição bem enraizada na nossa mentalidade, uma oposição bastante desenvolvida pelas correntes românticas: a oposição entre interno e externo, entre realidade interna,

o que se sente, e realidade externa, o “mundo exterior”. Essa dicotomia também desempenha um papel fundamental nas concepções positivistas, aparentemente muito opostas às correntes românticas: só é real o que é “externo”. A semiótica pode nos auxiliar a compreender o contexto de uma afirmação como “sei que é tudo da minha cabeça”. Ela nos ensina que o mundo cultural precede à percepção: toda percepção humana se dá em um mundo já impregnado de sentido e modelado pelas formas simbólicas que o conceitualizam desde o início. É por esse motivo que percepção e intuição são indissociáveis no mundo humano. Um símbolo produz “uma encarnação do sentido no sensível” e favorece uma forma de objetivação, ou seja, a instituição de uma realidade que pode ser compartilhada, ao menos por um determinado grupo (Cassirer). Essa objetivação permite que o conteúdo persista. Ela garante uma continuidade temporal que confere uma duração aos elementos da experiência imediata. A expressão “é tudo da minha cabeça” condensa um questionamento que visa à objetivação da experiência: essa realidade é comum a nós, ao menos a nós dois? Seria interessante abordar mais detidamente os ensinamentos da semiótica, mas isso nos distanciaria do tema da realidade psíquica. Menciono esses elementos principalmente para mostrar que cada disciplina desempenha um papel complementar na exploração do conceito de realidade: para permanecer no campo das ciências humanas, a psicologia da forma, a psicologia da percepção, a psicologia da cognição, a semiótica e a psicanálise, que examinam esse objeto sob diferentes ângulos e através de diferentes métodos. O problema é tomar a parte pelo todo. Privilegiar um ponto de vista e fazer dele um ponto de vista unitário que deteria a explicação definitiva sobre os fenômenos de pensamento é não somente problemático, mas conduz a enunciados falsos. Isso também do ponto de vista psicanalítico, cuja legitimidade depende da capacidade de circunscrever o seu objeto de estudo e seu método de pesquisa.

Essa incursão pela semiótica refere-se à dicotomia interior/exterior ou interno/externo, brandida com excessiva frequência como indicador de

realidade, tanto num sentido quanto no outro, e, sob um ângulo mais individual, como fonte de uma inquietude profunda.

Como já dito, a epistemologia de Laplanche é essencialmente dialética. Consequentemente, ele rejeita o recurso a dicotomias como sujeito/objeto, alma/corpo, interno/externo e significante/significado. Ele considera, antes, que esses pares tidos como opostos são dualidades indissociáveis.

Uma concepção dialética da realidade não implica que a realidade não exista. Para a dialética racionalista (Kant, Schiller, Cassirer, Marx), a realidade também é apreendida pelo ser humano graças à mediação do pensamento, de modo que a possibilidade de apreender a realidade anda de mãos dadas com a nossa capacidade de apreendê-la em sua totalidade. Para que a realidade pensada não seja uma pseudorealidade, o pensamento da realidade deve incluir o conjunto de suas determinações. Trata-se, então, de uma realidade completa, ou seja, concreta (Ricoeur)³.

As condições culturais atuais, a filosofia da desconstrução de inspiração heideggeriana, dominante hoje nas ciências sociais, nos convida, ao contrário, a recusar a ideia de realidade para substituí-la por “realidades”. A noção de realidade foi acometida por um descrédito semelhante àquele que acomete a noção de verdade. Não haveria verdade — factual ou científica —, mas sim verdades. Semelhantemente, talvez não haja realidade, só realidades, que são, além disso, subjetivas — sem que esse termo seja definido de maneira precisa. Realidades subjetivas, que dependem de um conjunto de fatores. Além de ser eminentemente discutível no plano ético, essa abordagem empobrece a noção de realidade psíquica em psicanálise, pois, ao considerar a realidade como

3 Trata-se da categoria da totalidade, que tem hoje má fama, uma vez que se tende, erroneamente, a tomá-la como sinônimo de “totalitário”. No entanto, a capacidade de pensar uma realidade completa e, portanto, concreta é uma das condições essenciais para transformá-la.

essencialmente fragmentada, ela acaba por desconsiderar o que constitui uma realidade tida como subjetiva e não objetivável⁴.

O sentido é composto de diferenças. A noção de realidade psíquica adquire um sentido em função da nossa capacidade de distingui-la de outros níveis de realidade. Nesse contexto, não se pode simplesmente descartar as considerações epistemológicas sobre a realidade que poderíamos caracterizar como material sob o pretexto de que não é dela que se ocupa a psicanálise. O postulado clínico freudiano, evocado por Laplanche no *Vocabulário*, de que a neurose e, *a fortiori*, a psicose são caracterizadas pela importância da realidade psíquica na vida do sujeito implica não só a possibilidade, mas a necessidade de distinguir outros níveis de realidade⁵. Assim, Laplanche elaborou sua definição de realidade psíquica em debate com Freud — que, segundo ele, frequentemente a confundiu com a realidade psicológica — e colocando à prova a questão da realidade material.

A realidade psíquica no pensamento de Laplanche

Laplanche retoma o termo “realidade psíquica” introduzido por Freud⁶ e lhe atribui uma definição muito específica. Esse conceito, tal como reformulado por Laplanche, constitui, a meu ver, uma de suas principais contribuições à metapsicologia e à clínica psicanalítica. Ele adquiriu uma importância tal em seu pensamento que a seguinte citação constitui uma

4 Nessa perspectiva, os desenvolvimentos do que se convencionou chamar de “inteligência artificial” são eloquentes. Os dados que fundamentam o funcionamento de aplicativos como o *ChatGPT* são coletados com base em investigações sociológicas que aplicam um paradigma perspectivista. Este contribui para a instituição de uma realidade que seria apenas uma realidade fragmentada, que pertence somente a um único indivíduo, como a realidade do metaverso (vide Valette, 2014). Convém questionar se essas condições fundamentalmente dessimbolizantes não modificam o padrão antropológico que a psicanálise, principalmente com a teoria de Laplanche, toma como ponto de partida — ou seja, um ser humano hermenêuta, intérprete em busca de sentido.

5 Cuja conceituação talvez não seja do escopo da psicanálise.

6 *Psychische Realität*.

epígrafe de *Entre sedução e inspiração: o homem*: “A ‘realidade psíquica’ não é criada por mim. Ela é invasiva” (Laplanche, 1999, p. 52).

Laplanche considera que a realidade psíquica constitui o domínio de trabalho específico da psicanálise, o que tem consequências metodológicas e conceituais sobre aspectos relativos à fantasia e à realidade.

Laplanche ressaltou a importância dos postulados de Freud a respeito da realidade psíquica. Este não a considerava apenas como um campo dotado de uma ordem de realidade própria que se refere à psicologia. Ele também afirmava que, em psicanálise, essa noção abrange elementos que têm valor de realidade para o indivíduo (Laplanche; Pontalis, 1967, p. 391). Para Freud, a realidade psíquica é, além disso, dotada de uma forma de existência particular que a distingue da realidade material. Nesse contexto, o tratamento psicanalítico se baseia no pressuposto que fundamenta os sintomas neuróticos em uma realidade psíquica e, consequentemente, na premissa de que “o neurótico deve ter, de certo modo, razão”.

Em contrapartida, Laplanche também salientou que, embora Freud tenha sempre mantido a diferença entre realidade material e realidade psíquica, ele estava muito menos preocupado com a distinção entre realidade psíquica e realidade psicológica, distinção que evidencia o modo de ser específico da realidade psíquica. Como já mencionado, Laplanche censura a tendência de Freud a considerar o termo “realidade psíquica” como sinônimo de “realidade psicológica” e a assimilar essas duas formas de realidade.

A dicotomia entre realidade material e realidade psicológica. Qual é o lugar da realidade psíquica?

Se assimilamos a realidade psíquica à realidade psicológica, então só nos resta opor realidade material e realidade psicológica, algo que, segundo

Laplanche, Freud fez com certa frequência. Essa oposição é uma oposição sem saída, que não fornece toda a extensão nem do que constitui o mundo humano nem das forças que atuam na clínica psicanalítica. Para Laplanche, as consequências dessa oposição são preocupantes. A principal consiste na introdução de outra dicotomia: a oposição entre fantasia e realidade ou, se quisermos, entre real e fictício.

Já no *Vocabulário*, Laplanche (*ibid.*) ressalta que a descoberta da realidade psíquica por parte de Freud acompanhou o abandono, ou ao menos a limitação, de sua teoria da sedução. Essa constatação elucida o parentesco entre realidade psicológica e realidade psíquica no pensamento freudiano: sedução ou fantasia de sedução?

A esse respeito, Laplanche (1970, pp. 56-57) escreve, em *Vida e morte em psicanálise*, que

[...] apesar da introdução da categoria de “realidade psíquica” na qual ele insistirá cada vez mais, ele se vê preso numa alternativa que, em nossos dias, tentamos ultrapassar, a alternativa entre, de um lado, o real, a realidade da recordação efetivamente vivida e cujas pegadas poderiam ser reconstituídas de maneira quase policial; e, de outro lado, o imaginário, tradicionalmente concebido como uma “realidade” menor. Digamos que falta-lhe explicitar o que, entretanto, está presente na noção de “realidade psíquica”, alguma coisa que tivesse toda a consistência do real, sem, contudo, ser verificável pela experiência externa [...].

A fantasia se encontra no cerne da concepção do tratamento psicanalítico em Laplanche. Ele propõe, a esse respeito, uma definição caracterizada como “não especulativa” do objeto da psicanálise: trata-se do “fantasiar [*fantaisie*], em suas relações com a excitação”.

Laplanche não aceita que o fantasiar (ou a fantasia⁷) seja considerada como uma produção do irreal. A esse respeito, ele explica que os fenômenos psicológicos, como os pensamentos, são tão reais quanto os fenômenos físicos. A materialidade não é um critério de realidade. “O ‘psicológico’, efetivamente, é tão real quanto o físico, e os psicólogos têm toda a razão ao afirmar que seu objeto se situa num domínio que equivale a qualquer outro” (Laplanche, 1984/2015, p. 101).

Em contrapartida, as relações entre fantasia e realidade psíquica não devem ser tomadas como certas. A fantasia também não é, em si, um indicador do nível de realidade na qual se desenrola. Para Laplanche, a realidade psicológica não é a realidade psíquica. Assim, o fantasiar [*fantaisie*] consciente-pré-consciente constitui um “setor maior” da realidade psicológica (Laplanche, 1991/1999, p. 409) e não da realidade psíquica. Ao contrário da realidade psicológica, a realidade psíquica não pode ser reduzida à sua dimensão subjetiva. Ela tem todas as características de um objeto, de um corpo estranho, nada menos do que subjetivo.

Ao elaborar sua concepção da realidade psíquica, Laplanche se opôs a duas dicotomias bastante enraizadas no pensamento comum. A primeira consiste na oposição entre fantasia e realidade e a segunda, como já apontado, é a assimilação da realidade psíquica à realidade subjetiva.

Para Laplanche, a formação da realidade psíquica é indissociável do recalque e da formação do inconsciente sexual. Ela é formada por resíduos coisificados da tradução, significantes dessignificados que, apartados de sua referência ao sentido, assumem o aspecto de coisas. Esses resíduos se tornam “[...] significantes-coisa [...] após esse movimento [o recalque] que os conduziu ao inacessível” (Laplanche, 1984/2015, p. 124). Uma vez

7 N. T. A autora utiliza os termos *fantaisie* e *fantasme*, que optamos por traduzir, respectivamente, por “o fantasiar” e “fantasia”.

perdida sua “abertura referencial”, sua inscrição em um sistema de sentido, assim como sua “abertura de comunicação”, eles assumem um caráter enigmático, traumatizante e agressor (*ibid.*, p. 124). Assimilar a realidade psíquica a uma realidade subjetiva é negar que o indivíduo seja movido por algo que, dentro de si mesmo, permanece estranho (*ibid.*, p. 129).

Laplanche (*ibid.*, p. 110) destaca as contribuições de Mélanie Klein ao conceito de realidade psíquica⁸. Embora a sua própria definição de objeto se afaste, em diversos aspectos, dos posicionamentos da autora, ele considera que a teoria de Klein, em uma direção fecunda, levou o realismo do inconsciente ao extremo ao considerar as fantasias como “seres reais, que atacam, aterrorizantes ou aterrorizados” (Laplanche, 1981/1999, p. 214). Laplanche (*ibid.*) se aproxima da “demonologia” kleiniana em sua concepção da forma mais descarnada da realidade psíquica, que testemunha a ação da pulsão sexual de morte. Na verdade, para Laplanche, o caráter de ataque, o ataque interno — ataque ao eu⁹ — define o modo de ação dos derivados do inconsciente sexual: “sabemos que, diante do inconsciente, ninguém é inocente”, afirma ele. Nessa perspectiva, a realidade psíquica assume a forma de fantasias mais ou menos ligadas ou roteirizadas. Ela se encontra no cerne da formação dos mecanismos de defesa pelos quais o eu, através de ligações narcísicas rígidas, “simplistas”, tenta recuperar uma forma de totalização unificante e calmante diante dos ataques dos derivados do inconsciente sexual. Referindo-me ao vocabulário da teoria da sedução generalizada, seria mais acertado falar em resíduos não traduzidos — os “significantes-coisa” — que resultam do recalque.

Cabe ressaltar que significantes-coisa são inacessíveis em uma forma pura: eles são sempre ligados em maior ou menor grau, mesmo que de forma

8 Vide, também, o capítulo “Faut-il brûler Mélanie Klein?” (Laplanche, 1981/1999, pp. 213-226).

9 Em outras palavras, ataque à narração, à significação, à auto-teorização. É por isso que Laplanche define a energia de desligamento que caracteriza os derivados inconscientes como uma “circulação do não-sentido”.

rudimentar, sob a forma de cenas ou fragmentos de cena ou, em sua forma mais “descarnada”, da pulsão sexual de morte, sendo reduzidos ao status de índice¹⁰. É por isso que a descrição tópica do fantasiar [*fantaisie*] não depende somente dos processos de ligação que possibilitam sua formação enquanto fantasiar [*fantaisie*]. Há o mais ou menos ligado no eu e o mais ou menos ligado no id.

Entretanto, não é só o fato de ser constituída de objetos dotados de uma espécie de vida própria, resistente às tentativas educativas e ao senso comum, que caracteriza a realidade psíquica conforme definida por Laplanche. Ela também se manifesta como uma força que age contra a vontade do indivíduo, uma força estranha. Com efeito, na teoria da sedução generalizada, a origem da realidade psíquica é o outro — mais precisamente, a mensagem comprometida que provém do outro —, o que leva Laplanche a concluir que, sem a categoria da mensagem, Freud não poderia encontrar uma saída para a oposição entre realidade material e realidade psicológica: “Freud oscila entre dois posicionamentos que são ambos insuficientes: uma concepção subjetiva, interior [...] e outra que consiste em olhar para a outra faceta [...]. Falta-lhe algo que permita ao outro não ser reduzido à subjetividade de quem o recebe, manter-se em sua estranheza” (Laplanche, 1992/1999a, pp. xxiv-xxx).

Como mostra Laplanche, a mensagem, mesmo no sentido corrente, necessariamente contém dois aspectos: 1) uma materialidade e 2) o fato de que provém de uma pessoa que não é a mesma que a recebe. Os dois aspectos se fundem no conceito de endereçamento. Uma mensagem é, de fato, endereçada. Isso lhe confere, por um lado, uma materialidade: para ser endereçada, uma mensagem precisa de um suporte (verbal, gestual, incluindo a abstenção, o signo, a escrita etc.), pois ela “faz signo”. Por outro lado, uma mensagem é, por definição, endereçada. O fato de ser

10 Um índice é um signo fora do sistema simbólico.

endereçada pressupõe o envolvimento de pelo menos duas pessoas: aquela que emite a mensagem e aquela que a recebe, mesmo quando o destinatário não é necessariamente quem a recebe. Por outro lado, o endereçamento não é exclusivamente material: ele é carregado de um sentido, por mais rudimentar que seja, mesmo que seja reduzido ao fato de ser endereçado a alguém, o que é, por si só, portador de sentido. Logo, a mensagem encerra uma dualidade: ela é tanto matéria (materialidade) quanto conteúdo¹¹. É por isso que a categoria da mensagem se faz essencial para definir a realidade psíquica, que, para Laplanche, constitui um terceiro domínio de realidade. Ele escreve: “ou então se começa a considerar essa ideia de que existe um terceiro campo de realidade, que não é nem a pura materialidade do gesto (supondo-se mesmo que seja possível determiná-la), nem a pura psicologia do protagonista ou dos protagonistas” (Laplanche, 1992/1999b, p. 12) Essa formulação, que insiste na especificidade da mensagem, retoma uma concepção já expressa em um texto anterior:

Não posso evitar essa longa introdução à terceira categoria que proponho situar no lugar do que Freud chama de “realidade psíquica”. Ao lado da realidade perceptiva e da realidade psicológica, das quais o fantasiar [*fantaisie*] consciente-pré-consciente constitui um setor maior, haveria uma espécie de terceira realidade, a realidade da mensagem [...] na medida em que é endereçada a alguém por alguém (Laplanche, 1991/1999, p. 12).

A mensagem

Posto isso, convém dizer algumas palavras sobre a categoria da mensagem na teoria da sedução generalizada. Para Laplanche (2000/2014), o ser

11 É o que permite a Laplanche rejeitar a hipótese de fantasias originárias ou outros conteúdos transindividuais do fantasiar [*fantaisie*], principalmente inconsciente, e, de modo mais geral, de conteúdos oriundos do inconsciente sexual.

humano é logo de início mergulhado não em um mundo de estímulos, mas em um mundo de mensagens. Ele experiencia fatos, relações e eventos da vida não enquanto “dado bruto”, mas sim como algo “a ser traduzido” (*ibid.*, p. 166). Na concepção de Laplanche, nenhuma atividade escapa às mensagens, pois o mundo da “significância” humana preexiste ao indivíduo (Laplanche, 1984/2015, p. 237). Por conseguinte, a mensagem constitui a instância mediadora entre os fatos e a experiência que os humanos fazem deles. Exposto às mensagens, o ser humano deve traduzi-las (Laplanche, 2002/2014, p. 125). “Os fatos humanos não são coisas e, na acepção mais geral, têm um sentido”, afirma ele.

A mensagem também contém uma forma de temporalidade que é essencial tanto à antropologia quanto à metapsicologia laplancheana: a temporalidade do *après-coup*. O *après-coup* não ocorre na sucessão das etapas vividas por uma única pessoa. O *après-coup* pressupõe o envolvimento do outro, que se manifesta através da mensagem que emite: o *après-coup* situa-se, assim, “entre mensagem e tradução” (Laplanche, 1990/2006, p. 171).

No plano epistemológico, a mensagem constitui o elemento com base no qual Laplanche estabelece o “primado do outro”, ou seja, a recusa do ipsocentrismo e do endogenismo na metapsicologia. A mensagem introduz, de imediato, a alteridade. Ela carrega um elemento irredutível à subjetividade de quem a recebe. Esse elemento é o endereçamento, a saber, o fato de que a mensagem faz signo, ela significa¹². É por isso que, no pensamento de Laplanche, os termos “significante” e “mensagem” tornam-se, para todos os efeitos práticos, sinônimos, embora o vocábulo “mensagem” contenha um aspecto mais global do que “significante”, termo que Laplanche reserva mais especificamente ao elemento de “endereçamento” da mensagem. Segundo ele, “a mensagem, antes de representar algo (um significado), sempre representa outrem para

12 Também no sentido de que um oficial de justiça “notifica” um processo.

alguém” (Laplanche, 1994/1999, p. 132). “Uma *interrogação* sobre o outro não se explica” (Laplanche, 1992/1999b, p. 20), afirma.

A alteridade é carregada pela materialidade da mensagem. Uma mensagem contém sempre um elemento por meio do qual “faz signo”. “A materialidade da mensagem sem qualquer inserção ‘psíquica’, dentro da realidade externa, pode ser facilmente representada pela presença de uma tábua hieroglífica abandonada no deserto”, escreve Laplanche (*ibid.*, p. 131). A materialidade da mensagem é uma chave essencial para compreender a corrente epistemológica à qual se refere o pensamento de Laplanche. Por um lado, em função de sua materialidade, a mensagem “é fadada à polissemia” (*ibid.*, p. 132). Por outro lado, é também devido a essa materialidade que ela é irredutível à subjetividade de quem a recebe. A categoria da mensagem e, mais especificamente, a materialidade da mensagem permite que Laplanche constate duas correntes que, segundo ele, causaram um transtorno considerável à psicanálise: o subjetivismo e, de forma oposta, a exigência de encontrar uma base factual como fonte das diversas elaborações psíquicas. Em outras palavras, a materialidade da mensagem abre uma saída para o debate insolúvel entre realidade material e realidade psicológica. Ela também oferece ferramentas para contestar a corrente narrativista e dá à psicanálise um status de “anti-hermenêutica”, rejeitando, assim, as influências heideggerianas na psicanálise. Para Laplanche, o hermeneuta não é o analista: o único hermeneuta é a criança ou, na clínica psicanalítica, o analisando. Ademais, “aquilo que é objeto de uma protocompreensão, prototradução, não é a situação, mas a mensagem” (Laplanche, 1995/1999, pp. 255-256).

O que leva Laplanche (1992/1999a, p. xxxvi) a afirmar “ressentir profundamente” a ausência da categoria da mensagem no pensamento freudiano: “Podemos nomear de diferentes formas, porém semelhantes, o que está ausente em Freud, não permitindo-lhe manter a alteridade da outra pessoa (o sedutor), que, por sua vez, solicita a realidade da outra

coisa (o inconsciente): endereçamento, mensagem, signo que ‘faz signo’ ou, ainda, o significante [...]” A categoria da mensagem conduz Laplanche à definição de um terceiro nível de realidade: a realidade psíquica.

Também cabe destacar que a categoria da mensagem permite a Laplanche distanciar-se das concepções que assimilam o inconsciente a traços mnêmicos ou lembranças recalçadas. O recalque e a tradução, mesmo que parcial, que ele implica submetem a mensagem inicial a uma metabolização radical, de modo que a tradução e os seus restos não são resíduos ou fragmentos da mensagem inicial. A noção de “mensagem” substitui a noção de “percepção”, ou melhor, une-se a ela de forma indissociável: ela ilustra a recusa da dicotomia corpo/alma para insistir na dualidade complementar que constituem. A faceta expressiva e sensorial da mensagem é indissociável de seu conteúdo, por mais rudimentar que seja. Ambos estão presentes no endereçamento, mesmo que o conteúdo seja quase inexistente. O endereçamento é sempre endereçamento de algo ou ao menos promessa de um conteúdo.

Lembremos, no entanto, que a categoria de mensagem não é suficiente para dar conta da realidade psíquica. É preciso, como salienta Laplanche (1995/1999, p. 79), “acrescentar essa transformação estranha efetuada pelo recalque e que leva à formação de uma representação-coisa ou [...] a um significante-designificado”. Assim, realidade psíquica e inconsciente sexual andam lado a lado.

Retorno à semiótica: a passagem da expressão à impressão

A categoria da mensagem em Laplanche se junta aos grandes princípios da semiótica, principalmente os formulados por Cassirer em suas pesquisas

sobre as formas simbólicas e o conhecimento. A constatação de Laplanche de que o ser humano é logo de início mergulhado em um mundo de mensagens complementa a de afirmação de Cassirer (1997, p. 13): “Um mundo de signos e de imagens autocriados avança diante do que chamamos de realidade objetiva das coisas e afirma-se contra ela na plenitude autônoma de sua força original”. A concepção do símbolo em Cassirer simultaneamente inverte e duplica o questionamento sobre a percepção: o símbolo tem uma função expressiva, ele expressa um conteúdo “espiritual” por meio de imagens sensíveis. É nesse sentido que Cassirer postula que as impressões sensíveis não são prontamente dados: elas passam por uma mediação expressiva que, em Laplanche, encontra-se na categoria da mensagem.

Em vez de dar seguimento à discussão dos aportes da semiótica à crítica da filosofia do conhecimento, volto à incursão que propus no início deste texto para insistir em um outro ângulo de um fenômeno que se encontra no cerne da noção de “realidade psíquica”: a passagem da expressão à impressão. A psicanálise frequentemente desviou desse assunto em suas explicações baseadas em concepções um tanto mágicas, como a representação ou a interiorização. O problema é como compreender o processo pelo qual o que é recebido do exterior, por intermédio da dimensão expressiva própria do mundo simbólico, torna-se uma realidade interna que assume a forma de uma impressão. A semiótica contribuiu para o debate com as suas próprias ferramentas conceituais. A categoria da mensagem em Laplanche é um instrumento que permite lançar luz sobre esse fenômeno a partir do ângulo do objeto da psicanálise, ou seja, o inconsciente sexual e suas vias de acesso. Ao introduzir a categoria da mensagem na metapsicologia, Laplanche explica a forma como se sexualiza a excitação que faz parte da causa material das ações e que se expressa nesse mal da alma descrito por Laplanche (1997/1999, p. 224) como “essa miséria da qual ela sofre, em um conflito obscuro e devastador.” A mensagem do outro concreto e externo

tem, por meio de seu endereçamento, valor expressivo e, portanto, sensível, assim como “ideal”. Essa dupla faceta atua no movimento de fantasiar: a fantasia, constituída por cenas originárias ou fragmentos de cenas (conteúdo ideal), excita (vertente expressiva). Ela se torna uma verdadeira fonte de excitação “interna”, que provoca o recalque, ou seja, a tradução na origem do eu e da formação do inconsciente sexual. Este é constituído pelos resíduos de tradução que têm um valor de ataque enquanto uma verdadeira outra “coisa interna”, apartada da referência do sentido. É por isso que a concepção da temporalidade em Laplanche passa pelo tempo dito “autoerótico”, o tempo da excitação de origem interna que pressupõe um movimento de fantasiar.

Aqui, trata-se da descrição de recalque originário. Por meio desse processo, a alteridade psíquica mudou de lugar, tornou-se interna, a outra coisa interna. Quando o pólo de alteridade se torna interno, “o eu não está mais na presença de mensagens ‘a serem traduzidas’, mas de resíduos coisificados” (*ibid.*, p. 234).

A definição e o papel que Laplanche atribui à realidade psíquica têm uma importância significativa em sua teoria da prática, principalmente no que tange ao frequente debate entre o real e o fantasmático na psicanálise. Laplanche não pressupõe, de forma alguma, que os diferentes modos da realidade deixem de existir em análise. Ele ressalta, no entanto, que o conceito de “realidade psíquica” deveria permitir aos analistas considerar a oposição entre o real e o ilusório como acessória: “A relação real/fictício, na análise, não é de oposição nem de exclusão. É uma relativização da oposição desses pólos com a finalidade única de revelar seus movimentos de gravitação ao redor de um terceiro domínio: o da realidade psíquica” (Laplanche, 1984/2015, p. 122).

Referências bibliográficas

Cassirer, E. Le concept de forme symbolique. In: Cassirer, E. *Trois essais sur le symbolique*. Paris: CERF, 1997.

Laplanche, J. (1997) Buts du processus analytique. In: Laplanche, J. *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF, 1999.

Laplanche, J. *Entre a sedução e a inspiração: o homem*. São Paulo/Porto Alegre: Dublinense, 2023.

Laplanche, J. *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF, 1999.

Laplanche, J. (1981) Faut-il brûler Mélanie Klein? In: Laplanche, J. *Le primat de l'autre en psychanalyse*. Paris: Flammarion, 1999.

Laplanche, J. (1991) L'interprétation entre déterminisme et herméneutique. In: Laplanche, J. *Le primat de l'autre en psychanalyse*. Paris: Flammarion, 1999.

Laplanche, J. (1995) La psychanalyse comme anti-herméneutique. In: Laplanche, J. *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF, 1999.

Laplanche, J. (2002) Les échecs de la traduction. In: Laplanche, J. *Sexual. La sexualité élargie au sens freudien*. Paris: PUF, 2014.

Laplanche, J. (1994) Les forces en jeu dans le conflit psychique. In: Laplanche, J. *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF, 1999.

Laplanche, J. (1992) Ponctuation. In: Laplanche, J. *Le primat de l'autre en psychanalyse*. Paris: Flammarion, 1999a.

Laplanche, J. (1984) *Problemáticas V: A Tina*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Laplanche, J. (1984) *Problématiques V: Le baquet*. Transcendance du transfert. Paris: PUF, 2015.

Laplanche, J. (1990) *Problématiques VI: L'après-coup*. Paris: PUF, 2006.

Laplanche, J. (2000) Rêve et communication, Faut-il réécrire le chapitre VII. In: Laplanche,

J. *Sexual. La sexualité élargie au sens freudien*. Paris: PUF, 2014.

Laplanche, J. (1992) Séduction, persécution, révélation. In: Laplanche, J. *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF, 1999b.

Laplanche, J. (1970) *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

Laplanche, J. *Vie et mort en psychanalyse*. Paris: Flammarion, 1970.

Laplanche, J.; Pontalis, J. B. *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1967.

Rastier, F. *Faire sens: De la cognition à la culture*. Paris: Classiques Garnier, 2017.

Valette, M. What does perspectivism mean? An ethical and methodological countercriticism. *NL Perspectives*, Paris, 2024, pp. 111-115.

Tradução de **Vanise Dresch e Bruno dos Santos Konkewicz**

Revisão gramatical de **Bruno dos Santos Konkewicz**

Revisão técnica de **Mariana Lütz Biazzi**

Hélène Tessier

223 Main Street,

Ottawa, Ontario

K1S, 1C4

htessier@ustpaul.ca

© Constructo Revista de Psicanálise